

# UMA CARTOGRAFIA DO CUIDADO REMOTO: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, FEMINISMO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

## CARTOGRAPHIES OF DISTANCE CARE: FEMINIST ENCOUNTERS WITH GENDER VIOLENCE AND SUBJECTIVITY MAKING

Guilherme Augusto de Souza Prado<sup>1</sup>

Glaucia Helena de Paula Santiago<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta cartografia investiga rodas de vivências remotas para mulheres em situação de violência realizadas pelo coletivo feminista auto-organizado Movimento Ibiapabano de Mulheres, nos estados do Ceará e Piauí. Através de observação participante e diários cartográficos, acompanhamos cinco encontros com mulheres que vivem em contextos periféricos e/ou de ruralidade, problematizando processos de subjetivação atravessados por gênero, classe e violência patriarcal. Nas rodas experimentou-se um espaço de acolhimento e cuidado, destacando a potência dos espaços coletivos para ressignificar os desafios enfrentados. A pesquisa reforça a urgência de políticas públicas que articulem apoio material e psicossocial, ancoradas nas realidades locais.

**Palavras-chave:** Cartografia; Produção de Subjetivação; Movimentos Sociais; Mulheres; Violência de Gênero.

**Abstract:** This cartography investigates remote experiential learning circles for women experiencing violence, conducted by the self-organized feminist collective Movimento Ibiapabano de Mulheres, in the states of Ceará and Piauí. Through participant observation and cartographic diaries, we followed five meetings with women living in peripheral and/or rural contexts, problematizing processes of subjectivation traversed by gender, class, and patriarchal violence. The circles provided a space of support and care, highlighting the power of collective spaces to reframe the challenges faced. The research reinforces the urgency of public policies that articulate material and psychosocial support, anchored in local realities.

**Keywords:** Cartography; Subjectivation Production; Social Movements; Women; Gender-based Violence.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Psicologia – Universidade Federal Fluminense; Professor Adjunto - Universidade Federal do Delta do Parnaíba; Email: guispra@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9318-8580>.

2 Doutora em Saúde Coletiva - Fundação Oswaldo Cruz; Professora Adjunta - Universidade Federal do Rio de Janeiro; Email: glauhps@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6501-5455>.

## Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo cartografar dois planos de processos concomitantes que dizem respeito: a) aos modos de funcionamento das rodas de vivências para mulheres em situação de violência realizadas em modalidade remota pelo Movimento Ibiapabano de Mulheres (MIM), trata-se de um coletivo auto-organizado de mulheres atuante nos estados do Ceará e do Piauí e b) aos processos de produção de subjetividade das participantes das rodas. Realizamos uma observação participante nas rodas de conversa e registramos em diário cartográfico nossas impressões e experiência com o campo produzidos após os encontros (Barros; Passos, 2009).

Nosso campo se deparou com os desafios de efetivar uma prática grupal a altura dos desafios e transformações do contemporâneo, da equidade de gênero e dos problemas e questões que a pandemia de Covid-19 reverberou para o plano dos processos de subjetivação na interface com as práticas de saber-poder (Prado; Justo, 2021).

Desde o início da pandemia, tivemos diversas ações visando conter a contaminação, relacionadas principalmente às medidas de isolamento, distanciamento social, *lockdown* e os demais problemas que vieram a tiracolo. O contexto pandêmico instaurou e agravou dinâmicas de vulnerabilização de populações que já sofriam com iniquidades, isto é, desigualdades evitáveis e injustas, relacionadas a fatores socioeconômicos e culturais que atingem a integridade física e psicológica, individual e coletiva, no que se refere à saúde (Santos; Prado, 2020). Logo, as iniquidades na efetivação dos cuidados necessários para contingenciar a transmissão do coronavírus se somaram às desigualdades e iniquidades de condições econômicas, sociodemográficas e sanitárias em geral, afetando de diferentes formas populações diversas, com notável impacto sobre as mulheres (Afonso, 2021).

Declarada pela Organização Mundial da Saúde como a “primeira pandemia do século XXI, o Covid-19 coexiste com um fenômeno endêmico no Brasil: a violência contra as mulheres. Agravada por seus próprios desafios e fruto de uma estrutura patriarcal de violação dos direitos humanos das mulheres, a violência contra as mulheres tem se destacado pelo crescimento de suas consequências negativas: apesar da diminuição das denúncias feitas em delegacia, houve um aumento dos acionamentos à polícia, aumento das subnotificações dos casos de violência e crescimento dos casos de feminicídio no Brasil (Almeida; Liberman; Federici, 2023).

O funcionamento regrado dos locais de acolhimento a pessoas em situação de violência, a restrição das intervenções policiais e judiciais, a redução de contato com amigos e familiares e o aumento dos conflitos domiciliares, além da acentuação da precariedade e da dependência financeira, constituíram fatores de risco para o aumento da violência doméstica, acarretando o isolamento da pessoa em situação de violência. As possibilidades de assistência e/ou ajuda também foram reduzidas pelo funcionamento claudicante das instituições que compõem as redes informais e/ou comunitárias de apoio às mulheres (Marques, Moraes, Hasselmann, Deslandes e Reichenheim, 2020).

Em contextos rurais, é praticamente impossível monitorar as agressões contra a mulher já que não existem dados com recorte de territorialidade no país. Em pesquisa realizada pelo Projeto Colabora nas cinco regiões do país, em 2020, como parte da série de reportagens “Um vírus, duas guerras”, 55,62% das mulheres relataram ter sofrido algum tipo de violência doméstica, sendo 62% autodeclaradas agricultoras familiares (Melo, 2020). Fato que se associa a uma cultura de medo e desconhecimento quanto às diferentes formas de violência, à maior sobrecarga de trabalho doméstico (devido à desigual divisão das atividades) e cuidado com familiares (convalescentes, crianças e idosos), ao medo da extensão das agressões aos filhos, além do maior tempo de convivência com o agressor e menor contato com a rede de apoio. Todo este cenário coloca as mulheres em ambiente de insegurança, acarretando a dificuldade ou impossibilidade de denúncia em caso de violência contra a mulher (Melo, 2020; Marques *et al.*, 2020, Stochero e Pinto, 2023).

Apesar da urgência de ações e do conhecimento quanto ao aumento da violência, principalmente em casos de feminicídio, desde o início da pandemia, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, órgão responsável, na época da pandemia e da realização da pesquisa, por políticas para as mulheres no país, não apresentou projetos efetivos no amparo e garantia de direitos a esse público. Em contrapartida, movimentos feministas, associações, coletivos e diferentes organizações ativistas se destacaram com iniciativas e estratégias de enfrentamento às crises sanitária e de direitos (Afonso, 2021; Almeida; Liberman; Federici, 2023; Santos; Prado, 2020).

Foi neste cenário que, buscando atualizar suas estratégias de articulação e cuidado, o Movimento Ibiapabano de Mulheres (MIM), coletivo auto-organizado de mulheres, atuante na região da Serra de Ibiapaba, Ceará, deu início, em 2021, ao projeto intitulado “Mulheres construindo sustentabilidade para uma vida sem violência”. Ele teve apoio da organização Fundo Casa

Socioambiental (2021, s/p.), cujo objetivo geral era dar continuidade ao “processo de mobilização social, formação feminista e comercialização solidária de produtos da agricultura familiar e artesanal”, viabilizando espaços de venda dos produtos produzidos pelas mulheres e contribuindo para sua renda familiar, afetada de forma negativa pela pandemia.

O desemprego e as dificuldades decorrentes da falta de renda constituem não apenas um agravo para a manutenção da vida e mesmo das necessidades básicas, como também um fator de intensificação para o aumento da violência contra as mulheres, tanto em seus lares quanto na rua, incidindo de forma singular em cada contexto, cearense e piauiense, como indicam, respectivamente, Prado, Sousa e Sousa (2024) e Félix-Silva, Gomes e Araújo (2021). A oferta de um espaço de acolhimento, escuta ativa e cuidado às mulheres em situação de risco, abuso e/ou violência foi apresentada como estratégia para enfrentamento dos efeitos perniciosos das desigualdades de gênero no âmbito da pandemia, em um projeto que se desdobrou através de “rodas de vivências de terapia coletiva com as mulheres vítimas de violência” (Fundo Casa Socioambiental, 2021, s/p), através de encontros realizados de forma remota, mensalmente, com mulheres mapeadas pelas redes do MIM. As participantes viviam em contextos de ruralidade, nos municípios que compõem o Território Rural da Serra de Ibiapaba e o município de Ilha Grande, no Piauí.

## 1 Percursos metodológicos

Esta pesquisa integra um projeto maior intitulado “Cartografias dos processos de produção de subjetividades e grupalidades em movimentos sociais de mulheres”, ligado ao Núcleo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Saúde e Subjetividade (NuTEPSS), e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa através da Plataforma Brasil, sob o CAAE 54125821.3.0000.0192. Trata-se de um estudo qualitativo, de finalidade explicativa e caráter exploratório, que se dá através de estudo de campo e sua análise a partir das narrativas (Barros; Barros, 2013) geradas nas rodas de vivência e registradas em diários cartográficos produzidos após os encontros (Barros; Passos, 2009) a fim de cartografar os modos de funcionamento das rodas de vivências para mulheres em situação de violência e os processos de produção de subjetividade das participantes das rodas.

Como estratégia de produção de dados, escolhemos a observação participante nas rodas de vivências para mulheres em situação de violência, elas foram realizadas em modalidade remota pelo MIM, utilizando a plataforma Google Meet.

Dispomos da observação participante, “processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social” (Minayo, 2009, p. 70), na medida em que “preocupa-se com a articulação constante entre a ação desenvolvida por um grupo e o conhecimento que dela se depreende” (Paulon; Romagnoli, 2023, p. 260).

Acompanhamos os cinco encontros de periodicidade mensal do projeto, e que tinham a duração de aproximadamente duas horas. As rodas eram compostas de oito mulheres. Eram cinco mulheres em situação de violência, entre as quais quatro eram moradoras dos municípios que compõem o Território Rural da Serra de Ibiapaba, no Ceará, e uma do município de Ilha Grande, no Piauí além de três ativistas do MIM que conduziram as rodas – o grupo era conduzido por duas ativistas, entretanto, uma das que começaram foi substituída por uma terceira no decorrer das rodas. O convite para a participação nas rodas foi realizado pelo próprio MIM, mediante aprovação do projeto que deu origem às rodas e por meio da sua rede de ação e contatos enquanto movimento feminista.

A metodologia cartográfica, inspirada em Deleuze e Guattari (1995), nos pareceu pertinente como método de pesquisa em ambiente remoto, na medida em que tomamos nosso campo de pesquisa em seu aspecto processual e a noção de experiência como guia para acompanhar processos ao invés não nos contentarmos com sua representação, tal como elaborado por Barros e Barros (2013). Ao passo que a pesquisa cartográfica inclui a experiência do pesquisador, assim como uma multiplicidade de aspectos que compõem o conhecimento e a criação de mundos entrelaçados ao agir, nos dispomos a acompanhar a processualidade que caracteriza os processos de subjetivação no decorrer dos encontros da pesquisa (Barros; Passos, 2009).

Cartografar não se limita a apreender estruturas, mapear o estado das coisas, certezas instituídas ou regularidades que se posicionam como verdades últimas, antes, busca os processos de singularização e diferenciação que efetivam a experiência do pesquisar. A cartógrafa se guia por pistas que fomentam uma atitude de abertura ao que se produz e se vive, assim, Lazzarotto e Carvalho afirmam que “a expectativa de conhecer a priori esse viver nos afasta da intensidade que produz o movimento do afetar. Permita-se viver esse movimento, pois é precisamente na experiência desse percurso do afetar que a pesquisa acontece” (2012, p. 23).

Posto isso, procuramos conhecer o como os acontecimentos que compuseram os encontros das rodas mais que interrogar o o *quê?* das coisas: como narrar? Como inventar? Como singularizar? Como coletivizar? Como movimentar os desejos e transformar nos/com os encontros entre

as mulheres? Como construir territórios existenciais no entrelace de se relacionar com os modos de ser das outras mulheres integrantes das rodas? Como as rodas contribuem para o acolhimento, elaboração e enfrentamento dos impasses e sofrimentos ético-existenciais ocasionados pelas marcas de gênero (Afonso, 2021)?

Considerando tais indagações, nossa pesquisa buscou a afirmação de outros possíveis. Não para reconhecer o instituído que se tornou evidente, mas para afirmar outros mundos que surgem a partir dos motivos e das expressões que levam até os encontros, para dizer sobre algo que ainda não foi dito das relações que podem surgir (Fonseca; Nascimento; Maraschin, 2012).

Por isso, nossa cartografia assume uma implicação direta com a experiência ao invés de apenas dissertar sobre ela, apreendendo os acontecimentos à medida que os acompanhamos e reconhecemos neles suas singularidades emergentes, uma vez que a investigação requer cuidado e cultivo dos territórios existenciais nos quais pesquisadora e pesquisadas se encontram (Alvarez; Passos, 2009), mesmo que seja em ambiente on-line.

A escrita dos diários cartográficos, que serão analisados segundo uma análise temática, serviu para aproximar pessoas pesquisadas e pesquisadoras, fazendo-nos reconsiderar lugares estabelecidos da pesquisa (quem conhece e quem é conhecida), no exercício de pôr-se ao lado da experiência (Alvarez; Passos, 2009).

Levando a termo a proposta de *saber com* e não *saber sobre*, a escrita dos diários, ao refazer a descrição do percurso da pesquisa e as narrativas da experimentação fez “circular a experiência envolvendo tudo e todos em um mesmo plano” (Alvarez; Passos, 2009, p. 141), efetivando a experiência de construir territórios existenciais a partir de uma prática de roda, de um fazer rodar a experiência, efetivando a habitação de um território existencial, engajando a experiência singular da pesquisa através, também, da escrita. Por fim, para as análises usamos da filosofia da diferença e das teorias feministas de gênero.

## **2 Desencontros nos encontros: quando a roda gira ou empena?**

Investigamos a subjetividade enquanto ela é “fabricada e modelada no registro do social e vivida pelos indivíduos em suas existências particulares” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 31) e não como algo restrito à dimensão psicológica interior. Pois a subjetividade é irreduzível à individualização do sujeito, que é

apenas um modo massificado de conceber a subjetividade. Nos interessam as singularizações, a invenção de novas possibilidades de vida aquém ou além da produção capitalística individualizante massificada que nos é imposta sob a forma de padrões e modelos de normalidade, consumo, comportamento, produção e afins.

Ainda no terreno da filosofia da diferença, a feminista Margareth McLaren (2016), retoma a noção foucaultiana de subjetividade articulando-a às discussões de gênero quando pontua que a subjetividade constituída no bojo dos mecanismos de poder tem papel ativo na sua própria produção. Sendo assim, se produzem não só limitações, mas também forças, habilidades e recursos. Empoderar-se também se refere a questionar as relações de poder e esse movimento começa não só no reconhecimento das forças sistêmicas que oprimem, mas também no sentido da mudança das relações de poder existentes, sendo assim, um processo que orientado para a transformação da natureza e da direção das forças que marginalizam as mulheres.

Por um lado, para Butler (2003), gênero é definido como ato performativo que se efetiva com repetições estilizadas de normas, determinado espaço-temporalmente em uma cultura, que estabelecem papéis sociais, que determinam, mediante uma lógica hegemônica compulsoriamente binária e heteronormativa, o que e como é um homem, uma mulher, assim como os dissidentes desse sistema sexo-gênero. Assim, mesmo o sexo é tido como construção social, atravessado pela cultura. Logo, gênero não pode deixar de ser uma categoria política, uma vez que é marcado por relações de poder, cultura e privilégios forjados, sustentados e reiterados em nossa sociedade patriarcal. A desnaturalização e problematização dos papéis sociais de gênero, alçam o conceito a uma categoria de análise histórica, que tematiza e localiza os lugares pré-determinados atribuídos a um e ao outro sexo, onde a lógica de submissão-dominação é fomentada e a dicotomia binarista de gênero reassegurada (Segato, 2016).

Por outro lado, a elucidação das forças e componentes que compõem e atravessam os processos de subjetivação das mulheres nos serviram como uma cartografia em movimento. E, nos fizeram assumir uma política de narratividade, entendendo que toda produção de conhecimento e posição narrativa tem implicação política, ou seja, define nossas formas de expressar o que acontece. Logo, a produção de conhecimento através da experimentação (de nós mesmos e do mundo) é um problema teórico e político.

Com a emergência da pandemia de Covid-19, dispositivos de cuidado foram organizados, sobretudo on-line, por conta das condições de distanciamento social, dispositivos que se agenciaram com questões, limites

e potências singulares de cada contexto e encontro (Afonso, 2021; Almeida; Liberman; Federici, 2023; Félix-Silva; Gomes; Araújo, 2021; Prado; Sousa; Sousa, 2024).

No calor do momento, fomos convidados por lideranças do MIM a acompanhar uma roda de vivências para mulheres em situação de violência, inicialmente coordenadas por Caroá e Jurema, integrantes do coletivo, ressalta-se que os nomes das participantes foram alterados a fim de preservar o sigilo. Assim, uma estudante do último ano do curso de psicologia se integrou às atividades das rodas, sob o regime de observação-participante, ao que se somou momentos de debate com as ativistas feministas que conduziam as rodas no entrecorrer delas. Nos dispomos, então, a narrar e analisar neste texto os modos como as atividades aconteceram e algumas pistas da cartografia dos processos de subjetivação e cuidado ali ensejados, imersas nas condições e possibilidades dos encontros, uma vez que partimos do entendimento de que, embora não possamos capturar a experiência em sua totalidade, podemos descrever e refletir sobre nossa própria experiência da experiência, o que nos permite traduzir as experiências estéticas e relacionais de cada roda, de modo articulado com as perspectivas teóricas que nos orientam, de nossa observação participante e das narrativas individuais e coletivas das participantes. Dessa forma, buscamos cartografar mais que os conteúdos falados, os processos de produção de subjetivação que emergiram nesses encontros (Passos; Barros, 2009).

Ao olhar retrospectivamente, o redesenho do percurso da pesquisa se deu diante de algumas mudanças que ocorreram no grupo, por conta do próprio formato remoto e da necessidade de adaptação da comunicação para a realização dos encontros, que até então eram presenciais e aconteciam na sede do MIM e pelo aumento da demanda de participação do MIM em atividades externas, o que gerou sobrecarga, esgotamento das integrantes do coletivo e culminou com a saída de uma das responsáveis pelo planejamento e manejo das atividades.

Com a pandemia, os movimentos sociais foram solicitados com mais veemência para a realização de atividades em diferentes esferas (Afonso, 2021; Almeida; Liberman; Federici, 2023; Prado; Sousa; Sousa, 2024). Para o MIM, as atividades buscavam responder a demandas locais - referentes à assistência às mulheres que viviam da agricultura familiar e tiveram suas rendas prejudicadas - e a convites para parceria com outras entidades sociais. Com o aumento das atividades em ambiente remoto, houve sobrecarga, que ocasionou uma presença distinta das facilitadoras nas rodas: no início, da primeira à terceira roda, os encontros transcorriam de forma mais dinâmica,

com mais interações entre as facilitadoras e as participantes; já no quarto e quinto encontro, as falas pareciam mais direcionadas de modo genérico, com menos interações e diálogos entre convidadas, facilitadoras e participantes.

A própria escolha das temáticas dos encontros das rodas trouxe à tona os agenciamentos sociopolíticos e subjetivantes que compõem o coletivo. Em conformidade aos ideais de feministas que as orienta, as temáticas das rodas foram estruturadas antes do início delas e seguiram um cronograma de datas alinhadas às outras tarefas do MIM e das integrantes, organização prévia que repercutiu em sobrecarga de trabalho dentro do coletivo.

Partindo de obras como as de Faustino e Lippold (2023) e de Haidt (2024), podemos conjecturar que a desmobilização do grupo pode ter sido reflexo da fadiga ocasionada pelo trabalho online, devido à sobrecarga cognitiva e emocional causada pelo acúmulo de tempo e atividades em ambientes virtuais, mediada por tecnologias de comunicação e sem contato físico, o que por si só pode dificultar a criação e sustentação de vínculos significativos, dificuldades de ler linguagens não verbais e mesmo para o estabelecimento de um ambiente de confiança e colaboração. Hoje, já é consenso que muito tempo em atividades em tela ocasionam cansaço visual e mental e acabam por reduzir a capacidade de atenção e participação ativa. Com isso, podemos considerar que, pelo menos em parte, a situação descrita acima em nosso campo foi decorrente da sobrecarga por parte das participantes, que se somou à das coordenadoras das rodas, culminando na sensação de exaustão generalizada, o que, nos parece, diminuiu a disposição para interações e trabalho subjetivo durante as reuniões.

Assim, a exaustão do dispositivo e das condições de encontro se confundia com o desânimo em relação aos encontros e a diminuição da disposição para trabalhar temas que demandavam emocionalmente de todas. A isso, se adicionam os recorrentes (irritantes e/ou frustrantes) problemas técnicos de conexão, áudio ou vídeo, que certamente prejudicaram a contração grupal, a comunicação e a interação entre os participantes. Tais questões técnicas e as próprias condições de encontro compõem o fora do grupo, um fora que expressa os atravessamentos da organização produtiva do grupo, a multiplicidade dos regimes de força que incidem sobre a composição do grupo como um território de experimentações (Migliorin; Farias, 2022).

### **3 Com as flores: conversa de muié pra muié**

Observando o sigilo no âmbito da pesquisa, nomeamos mulheres que compuseram as rodas com nomes de flores e plantas características do

Nordeste: Caroá, Jurema e Calliandra para as facilitadoras das rodas e colegas do MIM, e Mandacaru, Açucena, Juazeiro, Camélia e Dona Angico para as participantes. As espécies de flores/plantas remetem às histórias de cada uma e foi uma forma de pensar o decorrer das rodas como um florescer de conhecimentos, sentidos e de modos de vida, luta e resistência, como elaboramos ao final, com a leitura posterior dos diários cartográficos.

Para o presente escrito, dedicamo-nos mais pormenorizadamente aos três primeiros encontros, que traziam as seguintes propostas: o primeiro, intitulado *Conversa de muié pra muié* apresentava a proposta e as temáticas das rodas, além de uma apresentação das participantes e uma atividade de reflexão sobre os diferentes tipos de violência; o segundo, intitulado *Vencendo o medo para enfrentar a violência contra as mulheres*; e o terceiro *Recuperando a autoestima no enfrentamento à violência contra as mulheres*. Esta opção se justifica pelos motivos aqui mencionados, de que a potência, a dinâmica e a própria contração grupal foi se dissolvendo nos dois últimos encontros, respectivamente, Lei Maria da Penha e assistência à violência contra mulheres e violência obstétrica e religiosa, cuja condução foi mais expositiva em contraste significativo em relação ao trabalho alcançado nas três primeiras rodas.

Posto isso, passemos às rodas.

Logo no primeiro encontro Caroá convidou o grupo a iniciar com pandeiro e cantoria, emulando os momentos lúdicos de preparação e aquecimento grupal que aconteciam nos encontros presenciais do movimento, antes da pandemia. Em seguida, houveram atividades de apresentação onde despontavam e reluziam na tela corpos tranquilos e leves, falas bem-humoradas e alegres de mulheres habitantes de zonas rurais e marisqueiras. Elas contavam de onde vinham seus nomes, dentre nomes compostos e simples, uns com inspiração na história familiar, outros de origem religiosa e alguns sem conhecimento de origem. Contar essas histórias as fez sorrir. Sorridentes e atentas ao que estava sendo dito, as histórias dos nomes se entrelaçaram as vidas à medida que encontravam semelhanças e pequenas singularidades entre as narrativas.

Entretanto, nem só de flores sorrisos e descontração foi este primeiro encontro. As propostas dos encontros foram apresentadas junto à caracterização dos diferentes tipos de violência: psicológica, patrimonial, física, sexual e moral. Na sequência, ao serem perguntadas sobre quais tipos de violência conheciam, algumas mulheres ficaram em silêncio, outras inquietas ou oscilavam entre ambas as posturas. Nas poucas respostas, vozes baixas e reprimidas, como se não falassem para serem ouvidas.

Por fim, em uma fala mais contundente, ouvimos um relato de violência física e psicológica, relatada desde o reconhecimento da situação de violência até o encerramento do relacionamento.

Ao final do encontro, uma pergunta ressoava para nós: entre flores, como deixamos-nos capturar?

Sustentando esta interrogação, consideramos que os modos de reconhecer os afetos (ou mesmo o sofrimento) se ligam às possibilidades de realização da existência (e de ressignificação e transformação do vivido) e que ambos se veem implicados nos modos de narrar, praticar e constituir-se a si mesma.

Judith Butler (2015, p. 24) afirma que relatar a si mesma requer mais do que a transmissão de eventos vividos de forma plausível, porque “parte do pressuposto de que o si mesmo tem uma relação causal com o sofrimento dos outros, (...) mas também recorre à voz e à autoridade narrativas, direcionadas a um público com o objetivo de persuadir”. Para Butler, o reconhecimento conflui nos processos de subjetivação de cada pessoa mediante três instâncias. O regime normativo (que engloba mesmo as sanções virtuais), a interpelação pelo outro e o corpo e as práticas de si e ele relacionadas. Segundo estas instâncias podemos interrogar as dificuldades de reconhecimento das situações de violência vividas pelas participantes.

De modo geral, há um regime normativo de culpabilização e responsabilização das vítimas pela violência seguida pela invalidação e por sentimentos decorrentes, isolamento das redes de apoio e culmina em revitimizações e violência institucional quando se busca ajuda. Cenário que dilacera as relações consigo e com outras(os), minando as possibilidades de encontro e transformação coletiva e de si.

É intervindo junto a esta política cognitiva, que opera de modo a facultar a narração de si mesma articulando-a à nomeação do mal-estar, que encontramos nas rodas uma estratégia interessantíssima de interpelação do estatuto social do sofrimento. Afinal, debater se o sofrimento é legítimo, é uma questão clínico-política de base (Prado; Moura, 2024).

Por isso, é importantíssimo o reconhecimento da violência e do lugar político-existencial de vitimada, primordial para o enfrentamento de seus efeitos. Guattari e Rolnik (1996, p. 49) colocam que para “um grupo de mulheres que, mesmo que em pequena escala, querem se libertar do sistema opressivo de que são objeto há milênios” é necessário que se reapropriem dos processos de subjetivação. Escrevendo sobre um grupo com mulheres vitimadas por violência, Ramão, Meneghel e Oliveira (2005, p. 82) observaram que, inicialmente, “ao narrar as suas vidas, as mulheres omitiram-

se como personagens de suas histórias. Os papéis principais pertencem aos maridos e aos filhos. Elas se veem como coadjuvantes. As dores e as angústias são secundarizadas”.

Para evitar essa secundarização, podemos recorrer à distinção de Rita Segato (2016) para binarismo, onde não há diferenças ontológicas instaladas, e dualismo que, embora porte hierarquias e diferenciações, são instauradas com o reconhecimento de domínios ontológicos igualmente legítimos. Pois reconhecendo o lugar político-existencial de vitimada, as violências não podem mais ser negadas, desmentidas ou negligenciadas, o que é imprescindível para a transformação da posição subjetiva de vítima, caracterizada pela violação de limites, abuso de poder e negação da alteridade (Costa, 2023).

Em suma, é imprescindível a criação de outras e novas maneiras de existir, tornadas possíveis quando retomadas as condições para a invenção e governo de normas para a própria existência nas relações com outrem, consigo e com o próprio corpo (Butler, 2015).

Assim, nos perguntamos: quais os efeitos clínico-políticos da interpelação de Caroá ao convidar a refletir sobre tipos de violência e, em seguida, convocá-las a olharem para si e para cada uma ali no grupo?

A orientação das rodas para a reapropriação da subjetividade era a formação popular em saúde. Nelas, foi possível formar e informar mulheres acerca das diversas violências, trilhando um entendimento que possibilitou compreender o que acontece no presente, abrindo o horizonte para a criação de outros porvires. Ao final do primeiro encontro, o encontro que fez questionar, convidar e viabilizar a reflexão desapressada sobre si e ocasionou um questionamento importante em uma das participantes: como era possível saber se era aquilo mesmo que estava acontecendo com ela?

Ao mesmo tempo em que abriu espaço para um relato de violência que descreveu o momento do reconhecimento da violência. Esse dar-se conta, está relacionado a uma das linhas de vida que delineia os movimentos de produção de realidade, a linha dos afetos (Rolnik, 2016), dos desassossegos que emergem do encontro entre os corpos, - como os que ocorreram nas rodas - e abre as linhas de simulação, de ensaio de formas outras de produção de si e de novos territórios existenciais, como indicam também Ramão, Meneghel e Oliveira (2005).

#### **4 “O que é nosso dever: recusar o poder”**

O segundo encontro das rodas começou mais uma vez com cirandas já conhecidas nos encontros: de início *Cirandeiro* de Edu Lobo e depois

*Minha Ciranda* de Lia de Itamaracá, cantadas por Caroá e Jurema. (Diário Cartográfico, 29 de julho de 2021). Após um intervalo com cantigas de roda e exercícios de respiração e corporais onde as participantes foram orientadas a sentir os pés no chão como as raízes de uma árvore, conectando-se com o próprio corpo e seus fluxos para poder conectar-se com os outros, Jurema nos propôs falar sobre o medo com perguntas disparadoras como: “Quais seus medos? Como foram enfrentados? O que ficou da experiência?”.

A esta interpelação ao grupo, Caroá contou do medo de encontrar com o marido, que quando bebia, a agredia. Ela enfrentou o medo fugindo de casa, se escondendo e rezando. Medo, fuga e culpa: se eu o abandonar, quem vai cuidar dele? A culpa por se achar responsável pelo cuidado convivia com a convicção que não deveria voltar para ele”. (Diário Cartográfico, 29 de julho, 2021).

Os ideais hegemônicos de mulher como mãe/esposa ou aquela que cuida, e a dificuldade de Caroá de se desvincular desse papel, ressoaram nas outras narrativas em um movimento de vai e vêm ambíguo manifesto nas linhas de simulação que mediam a linha dos afetos (de encontro entre os corpos) e a linha dos territórios (plano das representações) segundo Rolnik (2016).

Na linha de simulação, os movimentos de territorialização (mundos que se criam para expressar os afetos) e desterritorialização (mundos que se desmancham) acontecem de forma ambígua, o que pode gerar desassossegos e angústias com a oscilação entre um ideal de mulher e sua recusa. Essa linha ambígua se refere ao medo de morrer, fracassar ou enlouquecer e nos parece que atravessou o grupo quando do relato de que, apesar de Caroá achar que deveria cuidar daquele homem que a agrediu, o medo de morrer a fez deixá-lo.

Em seguida, Dona Angico compartilha o medo que sentia do marido que, quando bebia, a agredia. Várias vezes ela fugiu, se escondendo na casa dos vizinhos com os filhos. Ela ficava atordoada, chegou a pensar até que tinha problema no coração. Quando ele morreu e os filhos cresceram, o medo melhorou. Aos 73 anos, Angico diz que encontrou nas reuniões um espaço para contar sua história, conhecer mais pessoas, pois só cuidava da casa, dos filhos e ficava sozinha. Agora, se sente instigada a enfrentar para se libertar.

Retomando o início do segundo encontro, quando a música de Lia de Itamaracá (2000) entoou “Minha ciranda não é minha só/Ela é de todos nós”, houve identificação do grupo com as adversidades enfrentadas em situações de violência doméstica que, não deixando de considerar as singularidades de cada narrativa, fomentou um clima de confiança na roda mediante a qual houveram mais relatos.

Juazeiro nos conta do medo do ex-marido que não aceitava o fim do relacionamento e a perseguia em todos os espaços. Enfrentou o medo, denunciando-o à polícia. Depois, teve medo do namorado seguinte, que bebia muito, a agrediu fisicamente e que não gostava do seu filho: “se ele não gosta do meu filho, ele não gosta de mim”. Enfrentou com a fuga, e agora tem medo de se relacionar novamente. Diz ser a primeira vez que conta essa história para outras pessoas, além do seu psiquiatra e da sua psicóloga.

Em seguida, Mandacaru conta do medo de ver a mãe morrer nas mãos do pai que a agredia e de passar o que ela passou, concluindo que seria inadvertidamente feminista, por resistir. Sendo aconselhada a auxiliar a mãe a construir uma rede de apoio e confiança com outras mulheres.

O grupo sinaliza que esse medo é compartilhado por todas as mulheres ali e Caroá convoca-as a pensar “será que os homens também têm esse medo? Medo de sofrer violência nos relacionamentos?” A pergunta não é retórica, as respostas são unânimes: “não” (Diário Cartográfico, 29 de julho, 2021).

Salta aos olhos o caráter errático da produção de subjetividade, que se constitui não por estágios, mas por encontros capazes de deslocar coordenadas existenciais. Por isso, a subjetivação está em constante mutação e movimento, como efeito do que se passa entre cada pessoa, as forças e os territórios que ela ocupa, habita e atravessa (Rolnik, 2016).

Nas rodas, quando uma mulher narrava sua experiência de violência, não apenas tratava de si, antes, ativava campos de ressonâncias nas outras participantes - um tremor nas mãos, um olhar fixo, uma indignação, um suspiro compartilhado. Essas interações, muitas vezes não verbalizadas, operavam como dobras nos modos de cada uma habitar e viver seu próprio corpo e suas relações (Hur, 2022).

A singularização não decorre de uma espécie de *despertar individual da consciência*, ela é caucionada pelos encontros entre corpos e vidas narrativizadas (Butler, 2015). Assim, mais do que reconhecer no relato de Mandacaru uma história idêntica, Juazeiro compõe com ela um *gesto de resistência*. A potência política desses encontros reside justamente nessa capacidade de *produzir diferença*: ao invés de assimilação na reiteração do lugar de vítima, (“*todas somos iguais*”), o que emerge com a partilha sensível de cada relato e trajetória são devires e brechas para transformações do campo de possibilidades das demais (Hur, 2022).

Em outras palavras, o que se delineia nesses encontros é, portanto, uma reapropriação coletiva do corpo enquanto território político. Quando as mulheres, atravessadas por histórias de medo e violência, acolhem nos

seus próprios corpos as ressonâncias das experiências alheias - no tremor compartilhado, no suspiro que ecoa, no olhar que se reconhece - elas tecem uma forma singular de cuidado como resistência e recusa. Esta, como gesto concreto de mulheres que, ao ocupar o espaço da roda para narrar suas histórias, já estavam reinventando os termos de suas existências. Nesse sentido, o cuidado mútuo ali praticado se faz um ato de insurreição e desobediência às incumbências e acontecimentos que insistem em confinar seus corpos e vidas a lugares de silêncio e submissão (Butler, 2015; Rolnik, 2016).

O encontro terminou com música: *O medo de amar é o medo de ser livre*, de Beto Guedes: “O medo de amar é não arriscar/ Esperando que façam por nós/ O que é nosso dever: recusar o poder”, que traz a citação que deu nome ao encontro e funcionou como um dispositivo de ativação desses processos de singularização.

## 5 “Ela desatinou, desatou nós, vai viver só”

Um desencontro marcou o terceiro encontro. Caroá não mais participaria das rodas como mediadora. Calliandra, outra integrante do MIM, a substituiu a partir do terceiro encontro, quando a roda recebeu uma psicóloga para debater autoestima no enfrentamento à violência. Sua fala abordou a repetição, naturalização e dificuldade de identificação/reconhecimento da violência psicológica; comportamentos naturalizados que colocam as mulheres em situações de risco ou violência e como eles acontecem no dia a dia: falas ofensivas e de controle que, quando perdem força, se transformam em violência.

A isso se somam uma série de aspectos que observamos nas rodas, como a naturalização do lugar de cuidadoras das mulheres, como se fossem, ou melhor, devessem, naturalmente, ser subservientes aos homens e a reiteração discursiva na forma como as mulheres se olham e se entendem no mundo e em suas relações – o que Butler (2015) ressalta em sua obra. Logo, os problemas da interface gênero e violência se expandem quando os riscos e violências se estendem à rede de apoio das mulheres com agressores que usam de violência psicológica, estratégias de controle romantizadas e dissimuladas de cuidado e convencimento para impedir uma separação.

São atos discursivos estatais, religiosos ou familiares que reverberam no próprio reconhecimento e constituição subjetiva das mulheres, na autoestima, comparação e competição com outras. A autoestima que a psicóloga traz transcende o individual, sendo tecida nas relações.

Logo, este terceiro encontro, marcado pela transição de facilitadoras e pela discussão sobre autoestima, trouxe à tona a tensão entre uma concepção individualizante de autoestima – frequentemente reduzida a um recurso psicológico – e a autoestima enquanto prática política coletiva feminista (Martins, 2023). Quando a psicóloga convidada problematiza a naturalização da violência psicológica e os lugares socialmente atribuídos às mulheres como cuidadoras-serventes, ela toca em um ponto crucial: a autoestima não se resume a uma conquista pessoal-interior, mas é tecida nas relações que fazem frente ou reproduzem estruturas patriarcais.

A insistência em condutas de controle romantizados – como aqueles citados nas rodas – expõe como a violência opera justamente minando e na dissolução da autoestima coletiva, convertendo-a em autossacrifício e dependência emocional (Federici, 2019; Martins, 2023). Nesse sentido, as rodas se configuram como espaços de reparação, onde com a fala e a escuta entre mulheres não apenas se partilha feridas, mas se reconstróem narrativas sobre si mesmas, experimentando devires-outros para si. A música, os silêncios e os corpos em ressonância, são tornados apostas gestos políticos em que a autoestima se reconquista na medida em que se recusa o poder que a minou.

Suely Rolnik afirma que “o desejo não corresponde a um suposto campo individual ou interindividual, o qual estaria numa relação de exterioridade ao campo social”, ou seja, só há real social (2016, p. 57). A naturalização das violências, a romantização do controle e os modos de construção de autoestima das mulheres também são atravessados a partir do campo social e agenciados pelos dispositivos gênero (Estado, Igreja, família, marido).

De uma construção histórica e cultural que normaliza violências, romantiza relações de controle - dos corpos, dos modos de vestir, de como se comportar, de como viver, de quando e como reproduzir, do que se deve aguentar para manter o casamento, de quais lugares se deve ocupar - que desaguam no reconhecimento do que é ser mulher, na forma como se veem e em como são vistas e tratadas.

Jurema questiona a educação dada aos homens e compara a sua experiência morando na Europa e em como lá isso se apresentava de outra forma. E quando pausamos a fala para refletir sobre esse caminho, Calliandra Camélia pontua que “nós mulheres somos educadas para espaços privados, para o cuidado da casa, dos idosos, das crianças”, e que essa educação se reflete em dificuldades em falas públicas, principalmente quando se tem homens por perto. Ela traz como exemplo a presença de mulheres em associações (convocando na sua

fala as colegas de roda que compõem esses espaços), diz que vê e vive o reflexo dessa educação nesses casos quando, geralmente, não são colocadas ou convocadas a exercer funções de liderança. (Diário Cartográfico, 02 de agosto, 2021).

A música surgiu mais uma vez como dispositivo recreativo, e esse lúdico fomentou vínculo e singularizações.

E de novo, música! Dessa vez: *Triste, louca ou má*, da banda Francisco, El Hombre: “Eu não me vejo na palavra/ Fêmea, alvo de caça/ Conformada vítima”. (Diário Cartográfico, 02 de agosto, 2021).

A experiência com a música nos levou a um lugar que não havíamos tocado nos encontros: um devir-mulher-negra. Calliandra relatou que, enquanto mulher negra e em diálogo com outras mulheres negras durante atividades do Julho das Pretas, constantemente se viu nas interações como sendo alvo de caça, em todos os sentidos: “somos a mulata atraente que só serve para cama, pois na grande maioria não servimos para ser a esposa por conta dos padrões da sociedade. Não sou alvo de caça, mereço respeito e dignidade de todas as formas”. (Diário cartográfico, 2 de agosto, 2021).

Devir diz respeito a “tornar-se diferente de si”, potência de transformação (Rolnik, 2016). O devir que vemos na fala de Calliandra traz consigo as forças que o constituem. As forças que constituem o corpo da mulher negra/preta o sobrecodificam à medida em que o territorializam pelo machismo racista classista desde onde se enuncia que mulheres pretas são “mais gostosas, quentes, sensuais e lascivas” (Piedade, 2017, p. 14). A função micropolítica das rodas se faz à medida em que as intensidades caucionam focos de dessubjetivação e linhas de desterritorialização (Hur, 2022; Rolnik, 2016).

Ou seja, esse devir-mulher-negra, que emerge fazendo frente às fantasias como a negra lasciva, mobilizou as rodas como espaço micropolítico onde essas intensidades circulam e se reorganizam como focos de dessubjetivação. Uma desterritorialização ocasionada pelas fissuras nos lugares socialmente impostos através de uma dupla negação, que Neusa Santos Souza (2021) entende como fundamental no processo de *tornar-se negra* a recusa tanto da objetificação sexual quanto da invisibilidade social, no enfrentamento das zonas de não-ser que sobrecodificam a experiência racializada.

Nas rodas, compostas por diversas mulheres que vivenciaram violência doméstica e agora relataram agressões de um “passado em movimento”, a produção de linhas de fuga e a composição de territórios coexistem, sendo o vai e vêm ambíguo já relatado no segundo encontro constante no encontro de narrativas das rodas. Assim, ao mesmo tempo em que houve

o reconhecimento e a tomada de consciência por parte da maioria das participantes quanto às suas vivências e experiências dos atravessamentos do campo social, que oscilou da linha de simulação em direção a movimentos de desterritorialização, há algo em outras mulheres que oscilou da linha de simulação em direção a cristalização de um território, ou seja, a uma sensação de familiaridade (Rolnik, 2016):

Açucena nos diz que não vivencia uma situação de violência atualmente como as colegas, que tem um marido muito bom, mas cresceu vendo a mãe sofrer, e que carrega as marcas do que viu e que, infelizmente, a mãe nunca conseguiu desatar esse nó. Termina dizendo que participar dos encontros da roda a ajuda a lidar com essas marcas. (Diário cartográfico, 2 de agosto, 2021).

Esse vai e vêm que levou a “imediatez de um movimento de simulação” (Rolnik, 1996, p. 50) acionado pelo trecho da música que diz: “ela desatinou, desatou nós”, fez com que se fabricasse um discurso de distanciamento de uma situação de violência psicológica e ao mesmo tempo aproximasse Açucena do grupo, ao entendê-lo como um espaço de acolhimento. Aqui, o relato trouxe a dor de uma mulher marcada pela vivência da violência doméstica enquanto filha de uma mulher em situação de violência, relato acompanhado de choro e voz embargada.

Os impactos da violência atingem não apenas quem a sofre diretamente (relações conjugais), mas também todos os envolvidos no ciclo de vida familiar dessas mulheres, gerando assim uma série de reverberações psicológicas, que também se configuram como uma vivência de violência. O não reconhecimento desse passado em movimento que a atravessa e transforma, ao dizer que não vivencia uma situação de violência atualmente, apesar das marcas que produziram choro nos encontros, revelou um fluxo estagnado produzido pelo grupo e que barra o “desabamento de um território” (Rolnik, 1996, p. 50).

Sendo o grupo produtor de um fluxo estagnado ao priorizar o empoderamento a partir de narrativas que trouxeram em sua maioria a experiência de mulheres que sofreram violência física por parte do companheiro, sendo esse tipo de violência culturalmente mais reconhecido e validado enquanto tal, do que os outros tipos de violência, como é o caso da psicológica, não se criou um vínculo capaz de produzir o entendimento dessas marcas como atuais produtoras de sofrimento e estagnação.

Nessa cartografia dos processos de produção dos universos psicossociais das mulheres, vimos que ambos os movimentos, de territorialização e

desterritorialização, revelam a importância de intervenções e análises que não se construam a partir de uma ideia de mulher universal, não generalize experiências, já que estas estão emaranhadas a “complexos históricos de classe, raça e cultura” (Harding, 2019, p. 97). Considerar tal emaranhado é essencial para que se produzam singularizações.

Ao partir da experiência das mulheres participantes das rodas, que vivem em contextos de ruralidades, atravessadas por forças de raça, classe e do patriarcado e, experienciar suas constantes transformações sociais e políticas, nos conectamos com a própria experiência destas ao conhecer os problemas que, posteriormente, serão responsáveis por gerar as teorias feministas. Teorias que, quando não levam em consideração essas experiências podem se desdobrar de forma patriarcal, racista e classista (Harding, 2019). Essas dinâmicas revelam como forças sociais traçam linhas que ultrapassam fronteiras geográficas e simbólicas, dispersando-se para além das estruturas instituídas e criando estratos rígidos que se entrelaçam em tramas complexas de poder (Hur, 2022). Nesse processo, as mulheres rurais não apenas sofrem os efeitos dessas estruturas, mas também as reinventam cotidianamente através de suas práticas de resistência e cuidado mútuo.

Além disso, uma vez que “o fora e o dentro do grupo não param de se imbricar em uma circulação afetada pelo acaso, que coloca em movimento um circuito de forças (...) que alteram o todo relacional que compartilhamos, por meio de uma zona de indiscernibilidade” (Migliorin; Farias, 2022, p. 39), as questões do fora do grupo atravessaram seu funcionamento em dois planos, o plano do cuidado e do trabalho de cuidar, que enredam a produção social de subjetivação com as relações de poder, questões técnicas e dinâmicas institucionais que compõem e atravessam o campo do cuidar (Prado; Moura, 2024).

Com o intuito de transversalizar nossa análise pelos dois planos, podemos afirmar que, embora a valorização da experiência e do conhecimento das participantes tenha sido fomentada e um dos pilares das rodas que acompanhamos, que também transitavam por diferentes saberes, as tarefas e atribuições de cuidado e trabalho acabaram se distanciando. A dinâmica e as condições de possibilidade dos encontros, e não temos espaço para tematizar pormenorizadamente, acabaram por ocasionar um distanciamento das atividades e da própria atitude e postura das participantes em relação às coordenadoras. Assim, “sob o binômio carência-suprimento, do voluntarismo dos virtuosos e do paternalismo, próximo ao clientelismo” (Prado; Moura, 2024, p. 7), as últimas rodas caíram em um funcionamento despotencializado, próximo à lógica queixa-conduta.

Não nos, parece, contudo, que esses descaminhos tenham sido maiores que os benefícios que as rodas proporcionaram. Antes, eles se devem aos limites do que podiam alcançar naquele momento e espaço os dispositivos de escuta remoto agenciado pelas rodas (Almeida; Liberman; Federici, 2023), afinal, boa parte das participantes precisava, naquele momento, de segurança financeira, social e existencial. De modo que mediante tais situações de vulnerabilização, problematizar os laços e relações familiares sem a composição de vínculos comunitários encarnados em relações de sintonia e sincronização analógicas (Haidt, 2024), possivelmente, constituiu um limite para o funcionamento das rodas.

### **Considerações finais**

○ presente trabalho teve como objetivo cartografar os modos de funcionamento e operacionalização das rodas de vivências para mulheres em situação violência realizadas em modalidade remota junto a um movimento auto-organizado de mulheres e justifica-se pelo aumento das situações de violência contra mulheres, agravadas pelo isolamento decorrente da pandemia.

Através da observação participante e do método da cartografia, investigamos os processos de subjetivação e elaboramos questões contemporâneas que reverberaram na prática grupal, especialmente no âmbito da equidade de gênero em tempos de Covid-19. Nas rodas de vivências, encontramos um espaço grupal de acolhimento, escuta ativa, cuidado e criação de realidades, atravessado pela produção e reprodução dos modos de desejar e viver das participantes em interface com os papéis sociais, históricos e culturais atribuídos as mulheres.

A prática cartográfica nos permitiu ocupar o campo de observação como uma construção coletiva irreduzível a um olhar distanciado sobre ele. Nossa cartografia não se propôs a solucionar questões, mas buscamos deixar as portas abertas para novos problemas, conhecimentos e metodologias a partir da nossa pesquisa. Como a importância de estudos longitudinais que avaliem os impactos duradouros e variáveis dessas intervenções ou mesmo experimentações com modelos híbridos (online-presencial), capazes de superar barreiras tecnológicas e de locomoção e dispor da potência dos encontros presenciais.

○ uso de dispositivos grupais de encontro online na interface com a formação popular, a música e com o narrar das vivências de violência, nos levou a entrar em contato com as experiências das mulheres nas rodas e ir além, entendendo como os dispositivos de gênero se relacionam com as

produções de realidade a partir de um campo de afetações real, de nossas experiências concretas enquanto pesquisadores.

Esperamos que a leitura da pesquisa, assim como sua realização, possibilite o despertar para a experimentação de novos espaços de acolhimento e produção de modos de estar e ser entre mulheres e cuidar junto aos coletivos, expandindo as possibilidades de aprendizado, criação e ação a partir do agenciamento de dispositivos de pesquisa em psicologia, a nível teórico-metodológico e relacional.

Esse estudo propôs também a experimentação a partir de encontros virtuais, assim, esperamos também estimular a formação de psicólogos voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades para atuação nesses contextos, orientando-os nas ações de pesquisa a partir do método cartográfico em ambientes remotos e/ou híbridos. Por último, reforçamos a necessidade de políticas públicas que apoiem redes feministas que valorizem saberes locais e coletivos como o MM, combinando ações para garantir a continuidade do cuidado a mulheres que precisam e sejam capazes de integrar infraestrutura material (como acesso a tecnologias) e processos insurrecionários de subjetivação e cuidado.

## Referências

AFONSO, M. L. Respostas de movimentos sociais feministas à pandemia de COVID-19: notas prévias de pesquisa em psicologia social. **MovimentAção**, v. 8, n. 14, p. 209–215, 2021. <https://doi.org/10.30612/mvt.v8i14.15028>.

ALMEIDA, M.; LIBERMAN, F.; FEDERICI, C. Inventando cuidados em tempo de pandemia: Relato de experiência. **Revista Polis e Psique**, v. 13, n. 2, p. 201–219, 2023. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.127170>.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BARROS, L. M. R.; BARROS, M. E. B. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 373–390, 2013. <https://www.scielo.br/j/fractal/a/Hs8c7HWZpMkjNX6Z75LkYHq/?lang=pt>.

BARROS, R. B.; PASSOS, E. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

COSTA, J. Violência. In: PARISÍ, E. R.; HUR, D. U.; LACERDA JR., F. (org.). **Dicionário de Psicologia Política Latino-americana**. Campinas: Alínea, 2023. p. 420-423.

COSTA, L.; ANGELI, A.; FONSECA, T. Cartografar. In: FONSECA, T.; NASCIMENTO, M.; MARASCHIN, C. (org.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FÉLIX-SILVA, A. V.; GOMES, C.; ARAÚJO, L. Luto e sobrevivência: a luta das comunidades tradicionais. **Estudos de Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 286-297, 2021. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20210027>.

FONSECA, T.; NASCIMENTO, M.; MARASCHIN, C. (org.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL. **Mulheres construindo sustentabilidade para uma vida sem violência**. Movimento Ibiapabano de Mulheres – MIM, 2021.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAIDT, J. **A geração ansiosa**: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais. São Paulo: Cia das Letras, 2024.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95-118.

HOMBRE, Francisco El. **Triste, Louca ou Má**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgBNoE>.

HUR, D. U. **Esquizoanálise e esquizodrama**: clínica e política. Campinas: Alínea, 2022.

ITAMARACÁ, Lia de. **Minha Ciranda**. 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Srl2DaTrnsQ>.

LAZZAROTTO, G. D. R.; CARVALHO, J. D. Afetar. In: FONSECA, T. et al. (org.). **Pesquisar na diferença**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MARQUES, E., MORAES, C., HASSELMANN, M. H., DESLANDES, S., REICHENHEIM, M. (2020). A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos De Saúde Pública**, 36(4). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>.

MARTINS, V. “Amorosas Reflexões”: autoestima feminista como recurso para disputas narrativas sobre o amor romântico. **PRACS**, v.16, n.1, 2023.

MCLAREN, M. **Foucault: feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MELO, L. **Pandemia dificulta o monitoramento das agressões contra mulheres em áreas rurais**. Projeto Colabora, 2020. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/pandemia-dificulta-o-monitoramento-das-agressoes-contramulheres-em-areas-rurais/>.

MIGLIORIN, C.; FARIAS, I. Cinemar a vida: Clínica e Capitalismo. **Tempo Psicanalítico**, v. 54, n. 2, p. 28-45, 2022. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v54n2/v54n2a03.pdf>.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 61-77.

PAULON, S.; ROMAGNOLI, R. Da pesquisa-ação à pesquisa-intervenção. In: LOUZADA, A. P. et al. (org.). **Processos institucionais e a produção do pesquisar**. Vitória: EDUFES, 2023. p. 252-309.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E. et al. (org.). **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PIEIDADE, V. **Dororidade**. 2. ed. São Paulo: Nós, 2017.

PRADO, G. A. S.; JUSTO, J. S. O coronavírus como analisador das práticas de poder na atualidade. **Revista Psicologia Política**, v. 21, n. 51, p. 340-359, 2021. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2021000200004&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2021000200004&script=sci_arttext).

PRADO, G. A. S.; MOURA, M. Da transversalidade à transdisciplinaridade: cuidado e trabalho em saúde. **Psicologia Em Estudo**, v. 29, n. 1, 2024. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v29i1.55913>.

PRADO, G.; SOUSA, I.; SOUSA, M. V. Círculo de leitura: experiência em uma escola rural. **Sodebrás**, v. 19, n. 221, p. 1-10, 2024. <https://doi.org/10.29367/3a7jy241>.

RAMÃO, S. R.; MENEGHEL, S. N.; OLIVEIRA, D. L. L. C. de. Reconstruindo a autonomia de mulheres em situação de violência. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 71-84, 2005.

RAMÃO, S. R.; MENEGHEL, S. N.; OLIVEIRA, C. Nos caminhos de lansa: cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 79-87, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000200011>.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.

SANTOS, K. Y. P.; PRADO, G. A. S. Por uma rede de saúde mental negra. In: SANTOS, K. Y. P.; LANARI, L. (org.). **Saúde mental, relações raciais e Covid-19**. São Paulo: Fundo Baobá, 2020. p. 37-56.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **Etnográfica**, v. 23, n. 3, p. 673-696, 2019. <https://journals.openedition.org/eces/1533>.

SOUZA, N. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

STOCHERO, L.; PINTO, L. Violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 3, 2023. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023210595pt>.

TONELI, M. J. F.; ADRIÃO, K. G.; CABRAL, B. F. Subjetivação. In: FONSECA, T. et al. (org.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

Recebido em junho de 2025.

Aprovado em dezembro de 2025.